NOTAS E TRANSCRIÇÕES

A ADESÃO DO CEARÁ À INDEPENDÊNCIA

José Aurélio Câmara

Quando chegou ao Ceará a notícia da Independência?

E' uma pergunta ainda sem resposta. Imprensa não havia ainda em nossa terra naqueles dias, de sorte que só uma pesquisa intensa em documentos da administração provincial da época poderá trazer alguma luz à indagação.

Em tempos bem diversos de hoje, quando uma informação sobre um tufão qualquer da Oceania chega ao nosso conhecimento em segundos ou minutos, nas ondas velocíssimas do rádio ou TV, era então no bojo das galeras, ao capricho dos ventos, que se transportavam os homens, as coisas e as notícias.

A abdicação de Pedro I ao Trono brasileiro, ocorrida no Rio em 7 de abril de 1831 somente foi conhecida em Fortaleza na noite de 13 de maio daquele ano, 36 dias, portanto, após o histórico acontecimento.

Foi o brigue inglês "Atlas", comandado pelo capitão Edward Higginson, quem trouxe de Recife a importante notícia, que três dias depois seria divulgada às Câmaras Municipais pelo Vice-presidente em exercício José de Castro e Silva.

A queda do Gabinete da Maioridade, de filiação-liberal, ocorreu em 23 de março de 1841, e o navio que trazia a comunicação naufragou em Alagoas. Em consequência, só em fins de maio é que, em Fortaleza, se teve conhecimento da reviravolta política acontecida na Côrte. Os conservadores já ocupavam na capital do País as posições do mando e seus correligionários, dois meses depois, ainda sofriam, no Ceará, um ostracismo oriundo da precariedade das comunicações...

Machado de Assis, numa de suas crônicas, lamentava que o advento do cabo submarino abreviasse a vinda das informações da Europa, antes chegadas pelos navios de linha, porque, dizia ele, entre uma notícia e outra havia tempo para refletir-se sobre elas.

O que não diria hoje o grande ironista ante a avalanche incessante de informações com que a era das comunicações tumultua a calma e a reflexão dos mortais!.

Não se conhece, como dissemos, a data em que o Ceará se inteirou da boa nova da Independência.

O que revelam os documentos é que o grito do Ipiranga não teve, pelo menos aqui, a imediata significação que depois assumiu. O que repercutiu vivamente, como fato caracterizador do novo **status** político, foi a aclamação de Pedro I, em 12 de outubro seguinte, como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Também não se pode precisar quando aqui chegou a notícia da ocorrência. O que se sabe é que, em 24 de novembro de 1822, os brasileiros e portugueses aqui domiciliados reuniram-se na Câmara Municipal da capital para, solenemente, oficializarem seu juramento de fidelidade ao Imperador recém-aclamado.

Os cearenses que assinaram o documento, que passaria à História como traduzindo a adesão do Ceará à Independência, constituiam a facção simpática aos interêsses lusos, e contra a qual, antes e depois se insurgiu a corrente nacionalista do interior, de que eram líderes Tristão e Filgueiras.

Aquele documento, que a seguir transcrevemos, revela, sem dúvida alguma, sua nítida inspiração filo-portuguêsa e uma inequívoca preocupação acomodatícia.

Ei-lo:

"Aos 24 de novembro de 1822, nesta vila Fortaleza de N. S. Assunção capital da província do Ceará Grande, nas casas da Câmara e Paços do Conselho da mesma Vila, onde se acharam reunidos o Juiz de Fora presidente pela lei, vereadores e procurador do Conselho comigo escrivão abaixo nomeado, membros do Exmo. Governo Provisório, tropa, clero, nobreza e povo, em virtude do qual edital, que este Senado, de acordo com o mesmo Exmo. Governo mandou publicar em data de 20 do corrente para efeito de se aclamar Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcântara, à imitação da província do Rio de Janeiro, segundo consta das fôlhas públicas, que no dia 12 de outubro passado era aclamado; e depois de recitada uma enérgica fala pelo presidente dêste Senado foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcântara, com imensos e repetidos vivas, acompanhados de repiques de sinos e salvas reais do batalhão e fortaleza, tudo debaixo das mesmas cláusulas e condições com que foi aclamado naquela Côrte do Rio de Janeiro. E logo todos unânimemente ratificaram de nôvo a adesão e obediência ao mesmo Imperador, as Côrtes Constituintes e legislativas do Brasil, que se vão instalar

no Rio de Janeiro, a S. Majestade El-Rei Constitucional o Sr. D. João VI e a sereníssima Casa de Bragança, e protestaram defender o mesmo Imperador e a Pátria a custa do próprio sangue, proclamando a sua Independência moderada e união a bem da santa causa Luso-Brasileira. O que feito, foram à Igreja Matriz, onde celebrou-se um Te-Deum solene em ação de graças; e de tudo para constar se mandou fazer esta ata em que todos asssinaram, e que por cópia fôsse remetida para o Ministério da Côrte do Rio de Janeiro. E eu, João Lopes de Abreu Lage, escrivão da Câmara o escrevi, e com todos assinei. a) José Raimundo Paço do Por Bem Barbosa, Presidente; Francisco Xavier Torres, Padre Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, Mariano Gomes da Silva, José de Castro e Silva, Secretário; Joaquim Lopes de Abreu. Seguem-se 97 assinaturas".

Aquela "Independência moderada", e "União a bem da santa causa luso-brasileira", não traduziam, evidentemente, o pensamento dos autênticos revolucionários cearenses, daqueles que vinham agitando o interior contra o conservadorismo filo-português da capital, e isso foi violentamente revelado nos dois anos que se seguiram à Independência.

(Publicado no "O POVO" de 22/1/1972).